

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório de Administração relativo ao exercício de 2009, as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios I e II e o Parecer Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Conjuntura Econômica de 2009

O ano de 2009 teve seu início marcado por um cenário de grande incerteza, no qual predominavam expectativas pessimistas que variavam, na melhor das hipóteses, de uma recessão aguda e prolongada a, num outro extremo, uma depressão econômica.

No decorrer do ano, graças aos estímulos fiscais e monetários sem precedentes adotados pelos países desenvolvidos, em especial, e pelos países em desenvolvimento (ou emergentes) em maior ou menor escala, foi sendo afastado o pior cenário.

Apesar desses esforços, de acordo com os últimos dados do FMI, a economia mundial, no seu agregado, fechou o ano com retração de 0,8%. As economias desenvolvidas sofreram forte queda na sua atividade econômica, da ordem de 3,2%, enquanto os países emergentes tiveram crescimento em torno de 1,0%, sustentado basicamente pela manutenção do ritmo acelerado de crescimento na China (8,4% no ano) e na Índia (5,6%) e pelos impactos positivos desse crescimento em outros países emergentes, em especial os da Ásia-Pacífico, e nos países exportadores de commodities, como o Brasil.

Apesar do péssimo momento vivido pela economia mundial, e diferentemente de outros momentos de turbulência, o Brasil acabou se destacando positivamente. Embora o resultado de 2009 tenha sido negativo em termos de crescimento (-0,2%, na primeira estimativa divulgada pelo IBGE), face ao quadro que se desenhava ao final de 2008, pode-se dizer que o país enfrentou bem a crise. Isso graças a uma boa situação macroeconômica inicial e a medidas bem desenhadas de estímulo monetário (redução da taxa de juros em termos nominais e reais expansão do crédito) e fiscal (redução de impostos sobre automóveis, materiais de construção e eletrodomésticos) adotadas pelo governo brasileiro. Prova disso é que, ao final do segundo semestre, a economia já retornava aos níveis pré-crise e continuava em crescimento acelerado.

Esse quadro favorável, mesmo que num contexto ainda cercado de incertezas e volatilidade, permitiu a recuperação de preços no mercado de Renda Variável e a valorização de ativos de Renda Fixa, em especial títulos da dívida pública, criando um ambiente propício para que alcançassem bons resultados aqueles Fundos de Pensão com foco na alocação estratégica de seus recursos de investimento.

Desempenho Econômico - Financeiro

O Patrimônio Consolidado do ISBRE atingiu em 2009, o montante de R\$ 496,5 milhões, sendo R\$ 486,0 milhões correspondentes ao Plano de Benefícios I e R\$ 10,5 milhões ao Plano de Benefícios II, com destaque para a evolução do patrimônio do Plano II, que cresceu 50% no período, resultado do sucesso nas aplicações financeiras, da ampliação no número de participantes e do aumento no volume de contribuições.

No que se refere ao desempenho dos investimentos, o ISBRE obteve um excelente retorno ponderado pelo risco. O Plano de Benefícios I teve uma rentabilidade bruta de 17,44% no ano, superando por larga margem o mínimo atuarial de 10,36%. O Plano de Benefícios II teve rentabilidade de 17,26%, o que corresponde a 174,71% do CDI acumulado no período. A volatilidade (risco, medido pelo desvio padrão dos retornos obtidos) média dos investimentos, se considerada toda a carteira “marcada a mercado”, foi da ordem de 3,6%, refletindo, num ano de grande incerteza e variação nos preços dos ativos financeiros, uma prudente gestão de risco.

Do ponto de vista de resultados, o Plano I teve um superávit de R\$ 29,6 milhões no exercício. O Plano II, por sua vez, continuou mostrando equilíbrio técnico, o que é de sua natureza, pois, para planos desse tipo (Contribuição Variável), salvo no período de fruição dos benefícios (quando assume as características de um Plano de Benefício Definido), os compromissos atuariais são equivalentes às reservas acumuladas.

Finalmente, cabe registrar que o custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o total das despesas incorridas, administrativas e de investimentos, foi equivalente a 0,56% do Patrimônio Consolidado médio do exercício.

Gestão Previdencial

Em 2009, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 27,0 milhões para 367 grupos familiares, com uma população amparada no Plano de Benefícios I de 1.548 pessoas entre participantes e beneficiários.

Com relação ao Plano I, os benefícios pagos foram de R\$ 27,0 milhões, enquanto a receita de contribuições foi de R\$ 11,6 milhões, 43,0% daquele montante. Apesar de continuar o crescimento do número de participantes assistidos em relação ao total de participantes da Fundação, a entrada de participantes em benefício ficou aquém do esperado, pois um número elevado de funcionários do BRDE preferiu permanecer em atividade, mesmo tendo se aposentado pela previdência oficial. Contudo, mesmo assim, no final de 2009, os assistidos da Fundação representavam 60,8% do total de participantes, confirmando, mais uma vez, a maturidade do Plano. Em face disso, as receitas oriundas das contribuições limitam-se a menos da metade dos compromissos pagos, reafirmando a importância de se alcançar, de forma consistente, a meta atuarial (INPC + 6% a.a.). Deve ser ainda destacada a relevância das contribuições dos assistidos, que, somadas à contrapartida paritária do Patrocinador, alcançam 57,6% das receitas de contribuições da Fundação, constituindo-se em receitas indispensáveis à solvência do Plano.

Quanto ao Plano II, cabe destacar a continuidade da adesão ao plano, fundamental para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 221 participantes, correspondente a uma adesão de 75% dos funcionários admitidos nas patrocinadoras após 2001. O Plano tem a adesão de 85% dos técnicos e de 44% do pessoal administrativo.

Governança Corporativa

A Resolução CGPC nº. 13, promulgada pelo Conselho Gestor da Previdência Complementar em 2004, estabeleceu os padrões mínimos de Governança Corporativa a serem adotados pelas EFPC.

Em 2009, o ISBRE manteve o Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles, que combina software e serviços de consultoria, o qual muito tem contribuído para o aperfeiçoamento dos seus sistemas de controles internos, em especial aqueles relativos aos denominados riscos operacionais. Nesse sistema, são revisados semestralmente todos os processos em uso pelo ISBRE, os riscos neles envolvidos e os controles existentes. Como resultado, relatório e sugestões de melhorias foram submetidos aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, os quais aprovaram as ações propostas pela Diretoria Executiva do ISBRE.

Também no exercício, em atendimento às disposições da Resolução nº. 28 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que instituiu, a partir de 1º. de janeiro de 2010, novos procedimentos e padrões contábeis para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, foi feita, pelas equipes próprias de Contabilidade e de Informática, a reestruturação e reprogramação do Sistema de Contabilidade, bem como a implementação de suas integrações com os demais sistemas em uso pelo ISBRE.

Agradecimentos

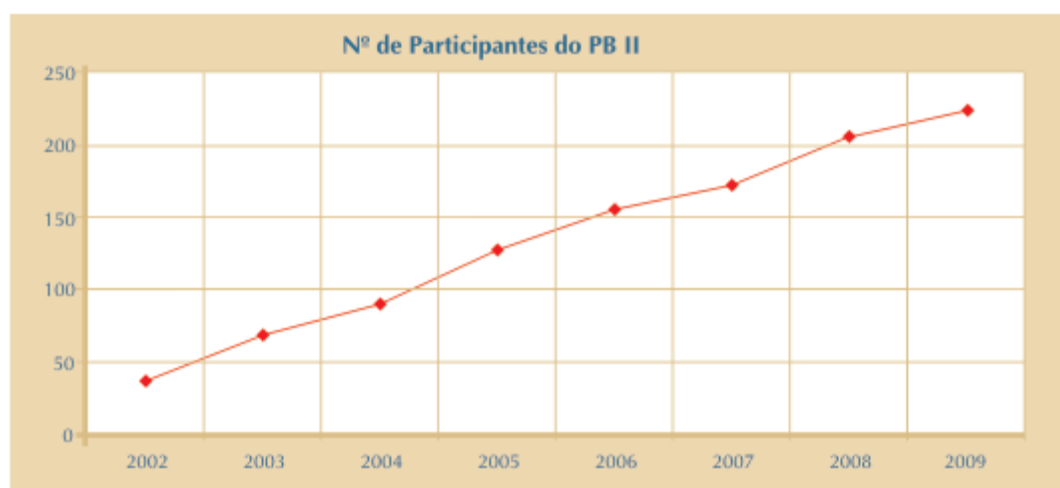
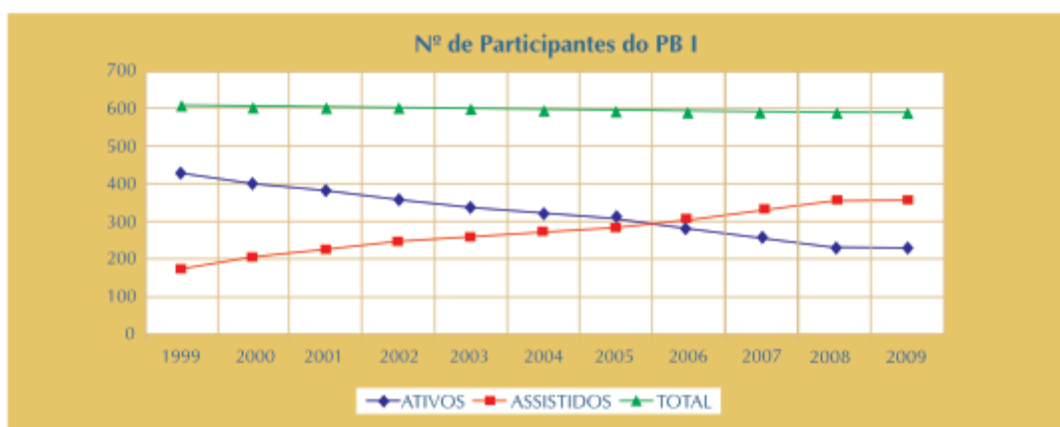
Finalizando, a Diretoria Executiva agradece o apoio e a orientação sempre segura e esclarecida dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e dos membros do Comitê de Investimentos.

Agradece também o apoio comprometido e responsável do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial, e registra – por último, mas não por menos – seu reconhecimento ao empenho e competência dos funcionários do ISBRE, todos também Participantes, fundamentais para atingir os resultados alcançados.

GESTÃO PREVIDENCIAL

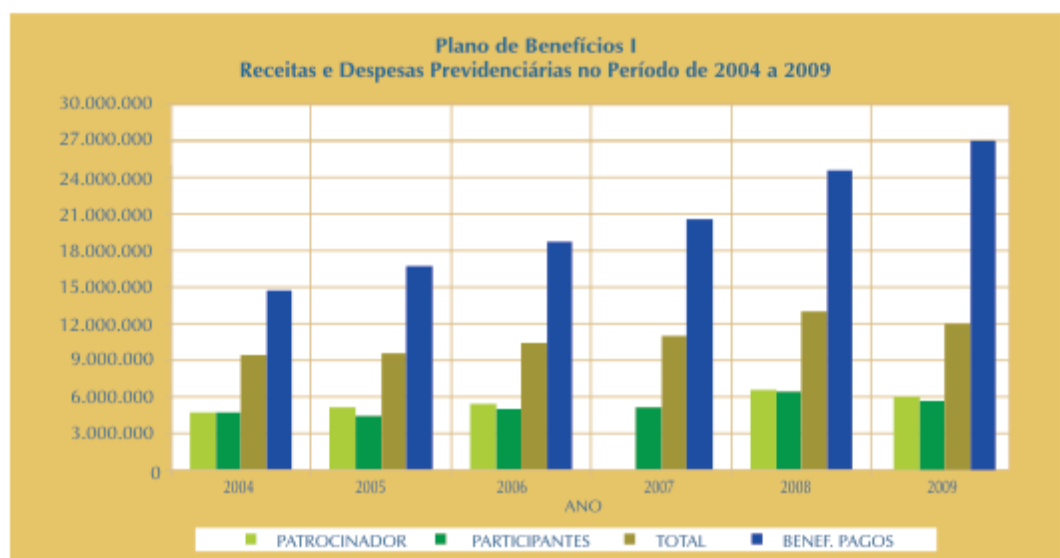
População Amparada pelos Planos de Benefícios

PLANOS	PARTICIPANTES ATIVOS	PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	DEPENDENTES	TOTAL
PB I	229	367	964	1.560
PB II	219	4	285	508



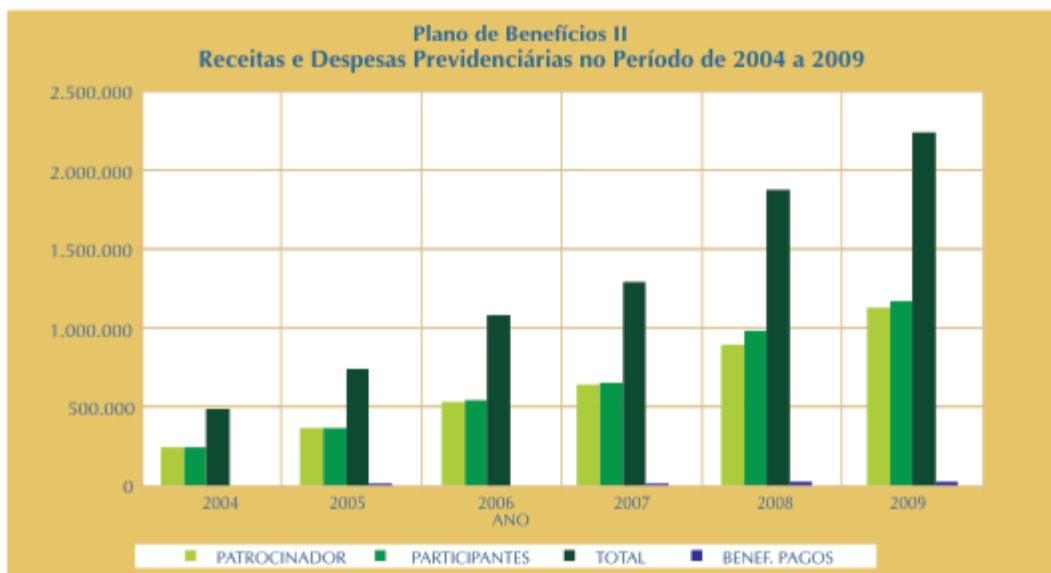
Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB I

ANO	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO			BENEF. PAGOS	RC/DB %
	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL		
2004	4.763.600,00	4.686.300,00	9.449.900,00	14.716.500,00	64,21%
2005	5.169.400,00	4.462.300,00	9.631.700,00	16.710.500,00	57,64%
2006	5.444.400,00	4.942.200,00	10.386.600,00	18.680.600,00	55,60%
2007	5.828.700,00	5.186.500,00	11.015.200,00	20.561.600,00	53,57%
2008	6.569.300,00	6.389.900,00	12.959.200,00	24.536.400,00	52,82%
2009	5.964.600,00	5.649.600,00	11.614.200,00	26.986.800,00	43,04%



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

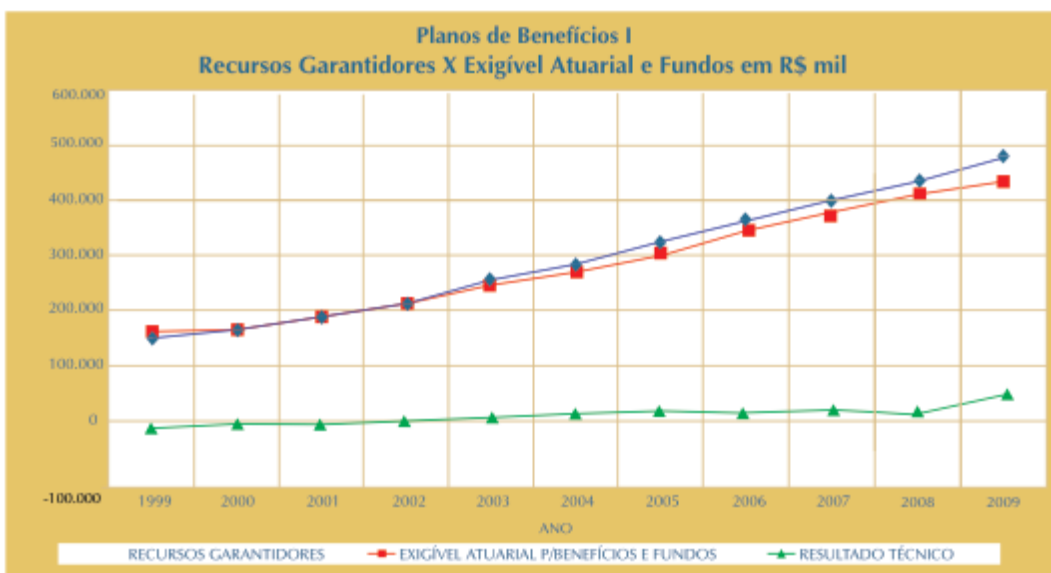
ANO	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO			BENEF. PAGOS
	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL	
2004	230.700,00	230.700,00	461.400,00	0,00
2005	350.100,00	350.700,00	700.800,00	12.000,00
2006	510.500,00	517.100,00	1.027.600,00	0,00
2007	607.100,00	620.000,00	1.227.100,00	9.196,00
2008	857.500,00	932.300,00	1.789.800,00	19.995,00
2009	1.112.500,00	1.145.900,00	2.258.400,00	45.700,00



Avaliação dos Planos em 31/12/2009

em R\$ mil

PLANOS	FUNDO GARANTIDOR	PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS	RESULTADO TÉCNICO
PB I	481.083	436.934	44.149
PB II	10.509	10.497	12



Despesas com a Administração Previdencial

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2009.

DESPESAS	1º Sem/09	2º Sem/09	12 meses
Pessoal e Encargos	433.169,67	463.142,26	896.311,93
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	66.358,43	81.494,93	147.853,36
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	163.809,06	133.187,61	296.996,67
Amortizações e Depreciações	11.142,65	11.445,56	22.588,21
A) Total das Despesas	674.479,81	689.265,36	1.363.745,17
B) Total das Receitas de Contribuições	6.673.877,13	6.920.065,38	13.593.942,51
C) Custo da Administração Previdencial (A/B) *	10,11%	9,96%	10,03%

* Carregamento administrativo, cujo limite legal é 15%.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Diretrizes de Alocação e Distribuição dos Investimentos

O principal desafio que se coloca para os gestores de um fundo de pensão é garantir um fluxo de pagamentos – os benefícios previstos nos planos previdenciários que administra – num horizonte de tempo que se estende por décadas.

Esse desafio tem dois componentes principais: a consistência no atingimento da meta atuarial de retornos dos investimentos (risco dos ativos) e a adequada avaliação e monitoramento da aderência das premissas atuariais à realidade dos seus participantes (risco do passivo), tais como, em especial, a longevidade e as alterações na composição dos grupos familiares.

Assim, a gestão de um fundo de pensão difere fundamentalmente daquela aplicável ao patrimônio individual de um investidor comum. Este último, via de regra, maximizará o retorno dos seus investimentos, dada sua tolerância individual ao risco deles decorrente.

O fundo de pensão, por sua vez, necessita considerar também se a relação risco/retorno de seus ativos é compatível com os riscos de seu passivo atuarial e com a necessidade de manter um determinado fluxo de pagamentos ajustado pela inflação. Daí a maior complexidade e maiores os desafios para seus gestores.

Com o propósito de equacionar essa questão complexa, foram desenvolvidos modelos de gestão (os ALM – Asset/Liability Management: gestão combinada de ativos e passivos) que, ao contemplar a trajetória esperada/desejada da razão entre os ativos e passivos, permitem simular, em situações normais de mercado, as melhores combinações de investimentos, riscos e retornos que garantam a solidez intertemporal do plano previdenciário (patrimônio suficiente para arcar com os compromissos) e a capacidade de assegurar o fluxo de pagamentos futuros (liquidez para pagar os benefícios contratados). É um modelo desse tipo que, observados os limites e restrições da legislação em vigor e a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, orientam a gestão dos investimentos do ISBRE, os quais, ao final do exercício, tinham a seguinte estrutura e distribuição por Plano de Benefício.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I			
	JUNHO/09	DEZEMBRO/09	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENTA FIXA	87,22	87,66	100	100
RENTA VARIÁVEL	3,94	5,01	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,75	2,78	3	20
IMÓVEIS	4,84	3,36	4	8
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1,25	1,19	3	15

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II			
	JUNHO/09	DEZEMBRO/09	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENTA FIXA	83,14	83,73	100	100
RENTA VARIÁVEL	3,75	4,79	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,62	2,66	3	20
IMÓVEIS	4,61	3,21	4	8
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	5,87	5,61	15	15

Na gestão dos investimentos da Fundação é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial, observados, contudo, os limites legais. No 2º semestre de 2009, o ISBRE realizou operações com derivativos de taxas de juros com o propósito de assumir posições direcionais e para proteger posições em taxa de juros das oscilações de mercado.

Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2009, a Fundação contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

CARTEIRA EM MERCADO	VALORES (EM R\$)	%
SEGMENTO DE RENDA FIXA	427.783.840,94	91,87
Fundos de Renda Fixa	183.008.531,47	39,30
FI Renda Fixa Charrua	99.745.986,28	21,42
FI Minuano Renda Fixa	83.262.545,19	17,88
Fundo Multimercado sem Renda Variável	184.048.380,34	39,53
Banrisul Guarani FI Multimercado	184.048.380,34	39,53
Fundos Multimercado com Renda Variável	60.726.929,13	13,04
Credit Suisse Guaianás FIM	60.726.929,13	13,04
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	23.601.834,79	5,07
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	23.601.834,79	5,07
Schroder Alpha Plus FIA	20.596.205,01	4,42
RB Fundamental FIAs	3.005.629,78	0,65
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14.227.485,85	3,06
Fundos Multimercado	14.227.485,85	3,06
BBM Aymoré FICFI	14.227.485,85	3,06
TOTAL DE ATIVOS DA CARTEIRA EM MERCADO	465.613.160,98	100,00
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	2.836,33	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA EM MERCADO	465.615.997,31	100,00

Performance dos Investimentos / Rentabilidade Bruta

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I no ano de 2009 foi de 17,44%, correspondendo a 175,98% do CDI acumulado e a 168,34% da meta atuarial do mesmo período.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I	
	RENTABILIDADE BRUTA EM DEZEMBRO/09	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,39	15,79
RENDA VARIÁVEL	2,04	72,80
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,23	21,56
IMÓVEIS	0,71	7,45
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	0,97	13,06
OUTROS	0,00	27,41
TOTAL	1,39	17,44

Resultados Acumulados em 2009: INPC: 4,11%; INPC+6: 10,36%; CDI: 9,91%; IBX-M: 72,11%; IMA-GERAL: 12,90%

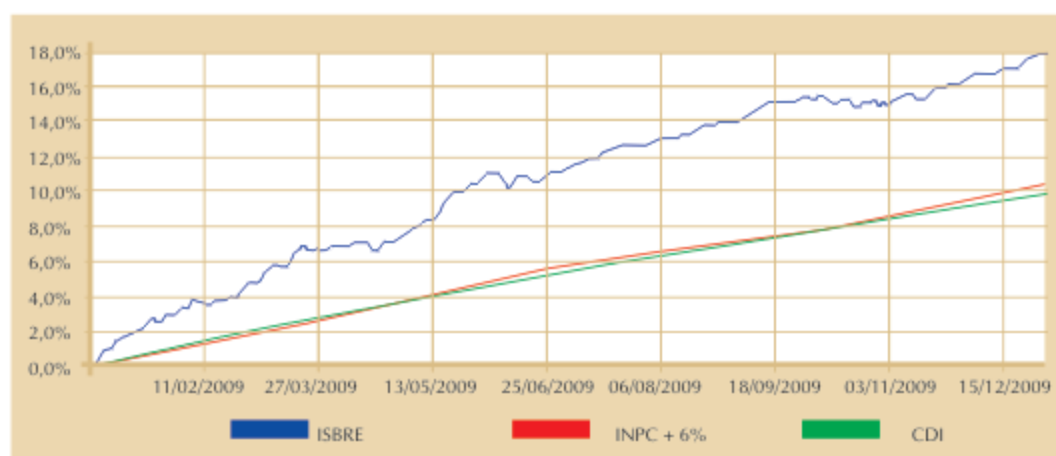
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano de 2009 foi de 17,26%, correspondendo a 174,17% do CDI acumulado e a 166,60% da meta atuarial do mesmo período.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	
	RENTABILIDADE BRUTA EM DEZEMBRO/09	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,39	15,79
RENDA VARIÁVEL	2,04	72,80
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,23	21,56
IMÓVEIS	0,71	7,45
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	0,96	12,75
OUTROS	0,00	27,41
TOTAL	1,37	17,26

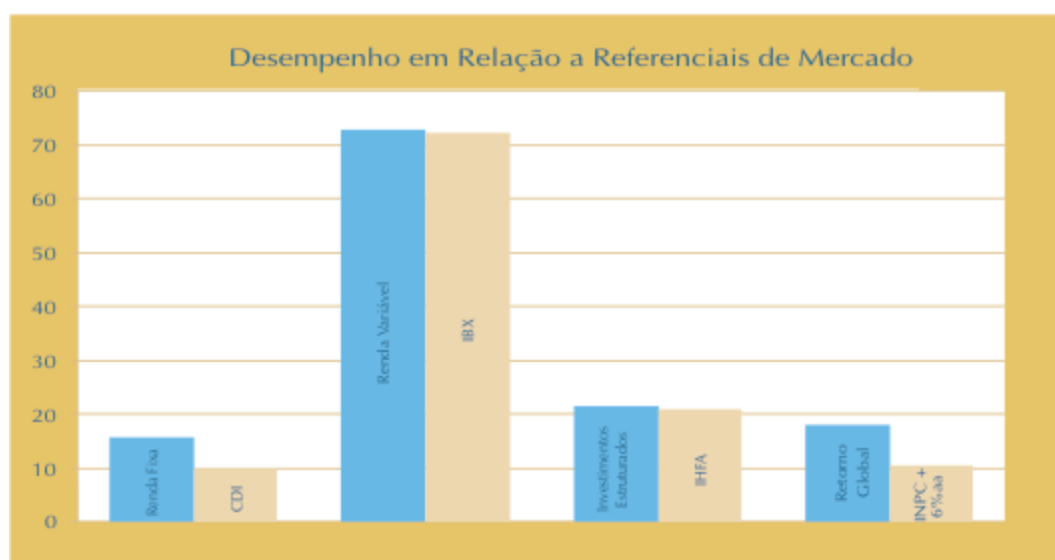
Resultados Acumulados em 2009: INPC: 4,11%; INPC+6: 10,36%; CDI: 9,91%; IBX-M: 72,11%; IMA-GERAL: 12,90%

O diferencial de rentabilidade entre o PB I e o PB II decorre da diferente participação do segmento de Empréstimos a Participantes no ativo de cada Plano e dos seus retornos. O PB I tem uma rentabilidade maior no segmento porque possui uma carteira de empréstimos mais antiga, com operações contratadas a encargos maiores do que a média do PB II. Conforme a regulamentação em vigor, os recursos destinados a esse segmento devem ser objeto de segregação real, ou seja, cada Plano tem sua própria carteira de empréstimos.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do retorno acumulado da carteira em mercado consolidada do ISBRE em 2009.



Quando comparados com os referenciais de mercado têm-se os seguintes desempenhos por segmento de aplicação.



Controle de Risco de Mercado

O risco de mercado, medido pelo método do VaR, representa a desvalorização potencial de uma carteira de ativos financeiros, considerando-se um dado nível de confiança estatístico e um determinado período de tempo. Em 31.12.2009, a exposição da carteira de ativos em mercado do ISBRE apresentava a exposição a risco de mercado evidenciado na tabela a seguir.

FUNDOS	VaR MÉDIO 2009 ¹	PARTICIPAÇÃO MÉDIA NA CARTEIRA EM MERCADO	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA PARA O RISCO TOTAL ²
Banrisul Guarani FI Multimercado	0,43%	41,62%	43,21%
FI Renda Fixa Charrua	0,20%	21,61%	10,42%
FI Minuano Renda Fixa	0,81%	17,70%	31,21%
Schroder Alpha Plus FI em Ações	2,71%	2,93%	9,81%
Schroder Performance FI em Ações ³	2,96%	1,87%	3,23%
BBM Aymoré FICFI Multimercado	0,15%	2,88%	0,66%
Credit Suisse Guaianás FIM	0,04%	10,91%	0,51%
RB Fundamental FI em Ações	1,81%	0,49%	0,96%
Total da Carteira em Mercado	0,38%	100%	100%

(1) O VaR Médio foi calculado a partir das posições de final de mês do ano/2009, considerando-se o horizonte de tempo de 1 dia útil, com nível de confiança de 95% (ou seja, há apenas 5% de chance de que a desvalorização seja maior do que a calculada).

(2) Contribuição calculada pelo VaR marginal de cada segmento, que considera a correlações entre os diferentes ativos que compõem as carteiras. (3) Var Médio referente ao período de janeiro a maio/2009, em junho de 2009 ocorreu Resgate Total.

Despesas com a Administração dos Recursos

A Fundação realizou as seguintes despesas relacionadas à administração dos recursos:

DESPESAS	1º Sem/09	2º Sem/09	em R\$ 12 meses
Pessoal e Encargos	403.983,25	438.217,41	842.200,66
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	91.167,51	209.245,00	300.412,51
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	65.048,45	58.281,29	123.329,74
Amortizações e Depreciações	11.142,64	11.445,51	22.588,15
A) Total das Despesas	571.341,85	717.189,21	1.288.531,06
B) Total Recursos Garantidores sob Gestão	464.743.838,50	489.578.589,79	477.161.214,15
C) Custo da Gestão dos Ativos (A/B)	0,12%	0,15%	0,27%

Política de Investimentos para 2010

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos e sob a competente supervisão do Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 08.12.2009 e divulgada aos Participantes na área reservada do portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2010, a seguir sumarizada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	84,00%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado	10%	5,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3%	1,50%

Obs.: FIA – Fundo de Investimento em Ações; FI – Fundo de Investimento; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	78,00%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado	10%	5,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	15%	7,50%

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	85,50%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado	10%	5,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%

Na composição das carteiras dos Fundos Exclusivos serão observados os seguintes limites de diversificação na alocação de ativos.

ATIVOS DE RENDA FIXA	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
FIDC (limite global)	2,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os ratings mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

RATING MÍNIMO	AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO		
	STANDARD & POORS	MOODY'S	FITCHRATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	Aa1, Aa2, Aa3	A+, A, A-

No segmento de Imóveis serão admitidos os seguintes limites de concentração por imóvel e em Fundo de Investimento Imobiliário:

Imóveis	
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 10,00%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$ mil

ATIVO	EXERCÍCIO Atual	EXERCÍCIO Anterior	PASSIVO	EXERCÍCIO Atual	EXERCÍCIO Anterior
DISPONÍVEL	36	17	EXIGÍVEL OPERACIONAL	811	780
REALIZÁVEL	496.347	439.859	Programa Previdencial	408	410
Programa Previdencial	7.798	8.423	Programa Administrativo	400	368
Programa Administrativo	58	63	Programa de Investimentos	3	2
Programa de Investimentos	488.491	431.373	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.105	4.861
Renda Fixa	427.784	379.007	Programa Previdencial	4.087	4.808
Renda Variável	38.044	24.139	Programa Administrativo	18	53
Investimentos Imobiliários	16.395	22.485	EXIGÍVEL ATUARIAL	433.148	408.014
Operações com Participantes	6.268	5.742	Provisões Matemáticas	433.148	408.014
PERMANENTE	125	127	Benefícios Concedidos	266.807	251.537
Imobilizado	64	73	Benefícios a Conceder	166.341	156.477
Diferido	61	54	RESERVAS E FUNDOS	58.444	26.348
			Resultados Realizados	44.161	14.502
			Equilíbrio Técnico	44.161	14.502
			Superávit Técnico Acumulado	44.161	14.502
			Fundos	14.283	11.846
			Programa Previdencial	6.125	5.505
			Programa Administrativo	8.158	6.341
TOTAL DO ATIVO	496.508	440.003	TOTAL DO PASSIVO	496.508	440.003

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Recursos Coletados	13.923	14.749
Recursos Utilizados	(27.124)	(24.624)
Constituição de Contingências	(614)	(5.229)
Custeio Administrativo	(2.031)	(1.992)
Resultado dos Investimentos Previdenciais	71.259	43.234
Constituições de Provisões Atuariais	(25.134)	(33.480)
Constituições/Reversões de Fundos	(620)	1.878
(=) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	29.659	(5.464)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Recursos Oriundos de Outros Programas	3.320	3.098
Despesas	(2.472)	(2.299)
Constituição Contingência	(180)	(9)
Resultado dos Investimentos Administrativos	1.149	621
(=) Constituição de Fundos	1.817	1.411
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda Fixa	58.972	47.554
Renda Variável	12.411	(6.003)
Investimentos Imobiliários	1.562	2.571
Operações com Participantes	754	840
Relacionados com Disponível	(2)	(1)
Custeio Administrativo	(1.289)	(1.106)
Resultados Transferidos para Outros Programas	(72.408)	(43.855)
(=) Constituição/Reversão de Fundos	-	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>	<u>(13.913)</u>	<u>(20.259)</u>
ENTRADAS	14.558	14.460
Recursos Coletados	13.923	14.749
Recursos a Receber	606	(453)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	29	164
SAÍDAS	(28.471)	(34.719)
Recursos Utilizados	(27.124)	(24.625)
Utilizações a Pagar	(12)	12
Constituições/Reversões de Contingências	(1.335)	(10.106)
<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>	<u>(2.649)</u>	<u>(2.340)</u>
ENTRADAS	32	-
Outros Realizáveis/Exigibilidades	32	-
SAÍDAS	(2.681)	(2.340)
Despesas	(2.472)	(2.299)
Despesas a Pagar	32	61
Despesas Futuras	(27)	(2)
Permanente	2	(21)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	(23)
Constituições de Contingências	(216)	(56)
<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>	<u>16.581</u>	<u>22.602</u>
Renda Fixa	10.195	48.592
Renda Variável	(1.494)	(30.021)
Investimentos Imobiliários	7.652	3.800
Operações com Participantes	229	233
Relacionados com Disponível	(2)	(1)
Relacionados com Tributos	1	(1)
(=) Fluxo nas Disponibilidades	19	3
(=) Variação nas Disponibilidades	19	3

DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS

PLANO I - BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TOTAL</u>	<u>485.989.126,36</u>	<u>432.956.577,16</u>	<u>TOTAL</u>	<u>485.989.126,36</u>	<u>432.956.577,16</u>
DISPONÍVEL	35.482,77	16.632,21	CONTAS A PAGAR	801.660,07	773.977,93
CONTAS A RECEBER	7.853.183,69	8.485.420,19	Programa Previdencial	406.959,21	409.671,09
Programa Previdencial	7.796.034,64	8.423.314,80	Programa Administrativo	391.880,39	361.964,39
Programa Administrativo	57.149,05	62.105,39	Programa de Investimentos	2.820,47	2.342,45
APLICAÇÕES	477.977.998,65	424.329.702,18	VALORES EM LITÍGIO	4.104.521,79	4.860.245,01
Renda Fixa	418.981.161,59	373.112.975,19	COMPROMISSOS COM		
Renda Variável	37.260.955,24	23.763.326,46	PARTICIP. E ASSISTIDOS	425.201.886,65	402.676.705,23
Imóveis	16.058.146,49	22.135.717,35	FUNDOS	11.732.418,00	10.144.152,64
Empréstimos	5.677.735,33	5.317.683,18	EQUILÍBRIO TÉCNICO	44.148.639,85	14.501.496,35
BENS DE USO PRÓPRIO	122.461,25	124.822,58	Resultados Realizados	44.148.639,85	14.501.496,35
			Superávit Técnico Acumulado	44.148.639,85	14.501.496,35

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PLANO I - BENEFÍCIO DEFINIDO
 Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	11.622.710,84	12.959.228,66
(-) BENEFÍCIOS	(26.986.777,35)	(24.536.406,18)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	72.344.569,05	44.310.047,62
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	56.980.502,54	32.732.870,10
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.428.665,12)	(2.268.015,21)
(-/+) FORMAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(791.247,14)	(5.238.090,04)
(-/+) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(22.525.181,42)	(31.719.845,78)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(1.588.265,36)	1.028.867,92
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	29.647.143,50	(5.464.213,01)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A performance dos investimentos permitiu ao Plano de Benefícios I - BD a obtenção de rentabilidade anual de 17,44%, equivalente à rentabilidade anual líquida de 12,80%, após descontado o INPC acumulado no ano de 4,11%.

Os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas evoluíram de R\$ 427.322.354,22, em 31/12/2008, para R\$ 481.082.944,50 no final do exercício atual, correspondendo um crescimento de 12,58%. Esta variação, inferior à performance dos investimentos, decorre do fluxo negativo do plano, receitas de contribuição menor que o pagamento de benefícios.

A performance dos investimentos, decorrente da queda das taxas de juros e da valorização da renda variável permitiu ao plano apresentar, no exercício, um superávit de R\$ 29.647.143,50.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimento, foi equivalente a 0,56% do patrimônio médio do Plano.

DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS
PLANO II - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
 Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	10.518.891,23	7.046.833,53	TOTAL	10.518.891,23	7.046.833,53
	745,47	262,72	CONTAS A PAGAR	9.481,47	6.346,55
CONTAS A RECEBER	2.820,09	981,09	Programa Previdencial	940,10	628,52
Programa Previdencial	1.619,40	-	Programa Administrativo	8.233,30	5.718,03
Programa Administrativo	1.200,69	981,09	Programa de Investimentos	308,07	-
APLICAÇÕES	10.512.752,79	7.043.617,87	VALORES EM LITÍGIO	370,57	827,99
Renda Fixa	8.802.679,35	5.894.150,74	COMPROMISSO COM PARTICIP. E ASSISTIDOS	7.945.956,57	5.337.694,25
Renda Variável	782.842,46	375.394,69	FUNDOS	2.550.944,56	1.701.422,53
Imóveis	337.377,26	349.682,97	EQUILÍBRIO TÉCNICO	12.138,06	542,21
Empréstimos	589.853,72	424.389,47	Resultados Realizados	12.138,06	542,21
BENS DE USO PRÓPRIO	2.572,88	1.971,85	Superávit/Déficit Técnico	12.138,06	542,21

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
PLANO II - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
 Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

em R\$

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.300.534,27	1.789.874,67
(-) BENEFÍCIOS	(137.405,99)	(88.257,37)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.352.447,48	651.603,55
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	3.515.575,76	2.353.220,85
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(42.935,16)	(30.849,03)
(-/+) FORMAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(3.260,40)	(96,35)
(-/+) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(2.608.262,32)	(1.760.139,27)
(-/+) FORMAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(849.522,03)	(561.593,99)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	11.595,85	542,21

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A performance dos investimentos permitiu ao Plano de Benefícios II - CV a obtenção de rentabilidade anual bruta de 17,28%, equivalente à rentabilidade anual líquida de 12,63%, após descontado o INPC acumulado no ano de 4,11%.

Os recursos do Plano evoluíram de R\$ 7.039.658,99, em 31/12/2008, para R\$ 10.509.039,19 no final do exercício atual, o que corresponde a um crescimento de 49,3%. Este crescimento decorre do fluxo positivo – contribuições recebidas e rendimento dos ativos maior do que o pagamento de benefícios – durante o exercício.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimento, foi equivalente a 0,56% do patrimônio médio do Plano.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE (ISBRE) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nos. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas expedidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e da próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a consecução desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Em 31 de dezembro de 2009, o Plano de Benefícios I possui 229 Participantes Ativos (2008: 232) e 355 (2008: 354) Participantes Assistidos e o Plano de Benefícios II é integrado por 219 (2008: 205) Participantes Ativos e 2 (2008: 1) Participantes Assistidos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – (CGPC) e pela Secretaria da Previdência Complementar (SPC), dentre estas, em especial, a Resolução CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº. 10, de 5 de julho de 2002. São compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, além das Demonstrações Patrimoniais e de Resultados individuais dos Planos I (BD) e II (CV).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

a) ATIVO REALIZÁVEL – PROGRAMA PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVO

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

b) ATIVO REALIZÁVEL – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Títulos e valores mobiliários - Renda fixa e renda variável

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de reavaliação, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear por taxas estabelecidas pelos devidos laudos de avaliação em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis.

Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

d) EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

e) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

f) RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

g) CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais do ISBRE são suportadas por contribuições específicas conforme taxa estabelecida quando da reavaliação atuarial, sendo os custos administrativos com a administração dos investimentos deduzidos da rentabilidade obtida em cada mês, critério esse denominado "quota líquida".

h) TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Os critérios utilizados nas transferências interprogramas relativas a cada um dos programas, constantes da demonstração de resultado, foram:

Programa previdencial

Debitado pela transferência para o programa administrativo, dos recursos relativos à sobrecarga administrativa, conforme previsto no regulamento e avaliação atuarial, para cobertura das despesas administrativas.

Recebe valores transferidos do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado líquido dos investimentos de cada mês.

Programa administrativo

Creditado pela transferência do programa previdencial, dos recursos oriundos da sobrecarga administrativa, para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no regulamento e avaliação atuarial. Recebe ainda, valores transferidos do programa de investimentos, referente aos recursos necessários para cobertura das despesas administrativas do mesmo, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

Programa de investimentos

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, ágio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (IOF, prejuízos na venda, deságio etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo.

4.ATIVO REALIZÁVEL – PROGRAMA PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de Reais	
	2009	2008
Autofinanciados	2	-
Déficit Contratado	7.525	8.133
Outros realizáveis	271	290
	7.798	8.423

O Déficit Contratado corresponde ao Contrato para Cobertura Parcial de Déficit Técnico firmado em 2000 entre o BRDE e o ISBRE, cujo propósito foi o de amortizar um terço do Déficit Técnico apurado na Avaliação Atuarial de 30 de junho de 2000, com amortização programada para 240 meses e encargos correspondentes à variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) e juros de 6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo deste contrato é de R\$ 7.525 mil (2008: 8.133 mil), a ser pago em 131 (2008: 143) parcelas mensais remanescentes. O contrato vem sendo cumprido nas condições pactuadas.

5. ATIVO REALIZÁVEL – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de reais	
	2009	2008
Renda Fixa	427.784	379.007
Aplicações em Instituições Financeiras	429.512	380.735
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
Renda Variável	38.044	24.139
Mercado de Ações	214	171
Fundos de Investimentos de Ações	23.602	13.676
Outros Investimentos em Renda Variável	14.228	10.292
Investimentos Imobiliários	16.395	22.485
Edificações Locadas ao Patrocinador	2.535	2.535
Edificações Locadas a Terceiros	877	9.949
Bens Móveis (Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Instalações em Geral)	29	836
(-) Depreciação Acumulada	(83)	(831)
Aluguéis a Receber	666	666
(-) Provisão para perdas	(626)	(471)
Alienação de Investimentos Imobiliários	12.447	9.081
(-) Provisão para perdas	(143)	(106)
Outros Investimentos Imobiliários	693	826
Operações com Participantes	6.268	5.742
	488.491	431.373

5.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Renda Fixa

Fundos Exclusivos	Gestor	Em milhares de reais	
		2009	2008
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	184.048	172.016
FI Renda Fixa Charrua	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A	99.746	89.821
FI Minuano Renda Fixa	Votorantim Asset Management	83.263	67.810
Credit Suisse Guaianás FIM	Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil S.A	60.727	49.360
		427.784	379.007

Renda Variável

Fundo Exclusivo	Gestor	Em milhares de reais	
		2009	2008
BBM Aymoré FICFI Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	14.228	10.292
Fundos Abertos			
RB Fundamental FIA	Fundamental Investimentos Ltda	3.006	1.554
Schroder Performance FI em Ações	Schroder Investment Management Brasil DTVM	-	6.927
Schroder Alpha Plus FI em Ações	Schroder Investment Management Brasil DTVM	20.596	5.195
		37.830	23.968

O atual Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos ativos e a elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI) e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

5.2 Renda Fixa

Os valores dos investimentos em 31 de dezembro de 2009, classificados de acordo com os prazos de vencimento são demonstrados abaixo:

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais	
			Faixas de vencimento	
Renda Fixa				
Títulos para negociação (valor de mercado)				
LFT	395	410	até 360 dias	
LFT	27.968	30.507	acima de 360 dias	
LTN	10.570	12.496	até 360 dias	
LTN	3.273	3.620	acima de 360 dias	
Títulos Compromissados (Over)	76.838	76.864	indeterminado	
NTN-B	195.110	219.932	acima de 360 dias	
NTN-F	3.649	3.763	acima de 360 dias	
FIM c/ RV	3.025	5.756	indeterminado	
	330.828	353.348		
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)				
NTN-B	13.855	18.597	até 360 dias	
NTN-B	50.541	55.886	acima de 360 dias	
	64.396	74.483		
(-) Contas a Pagar/Receber		(92)		
Tesouraria		45		
Total Renda Fixa	385.224	427.784		

LFT – Letras Financeiras do Tesouro

LTN – Letras do Tesouro Nacional

NTN-B – Notas do Tesouro Nacional série B

NTN-F – Notas do Tesouro Nacional série F

FIM c/ RV – Fundo de Investimento Multimercado com Renda Variável

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2009, o valor de avaliação a preço de mercado, desses mesmos títulos, é de R\$ 76.839 mil (2008: R\$ 51.928 mil).

Em 31 de dezembro de 2009, houve reclassificações na categoria dos títulos integrantes das carteiras dos fundos de investimentos de títulos originalmente classificados como Títulos para Negociação para a categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento, conforme abaixo:

Código do Fundo	Nome do Fundo	Data da Reclassificação	Em milhares de reais	
			Título Reclassificado	Valor
BRCHARCTF003	FI RF Charrua	31/12/2009	NTN-B	20.089
BRMINNCTF002	FI Minuano RF	31/12/2009	NTN-B	19.225
				39.314

5.2.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Aplicações Financeiras

Registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece os itens 30 e 31 do Anexo E da Resolução do CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002.

5.3 Renda Variável

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais	
			Faixas de vencimento	
Renda Variável				
Títulos para negociação (valor de mercado)				
Ações – Mercado à Vista	27	214	indeterminado	
Fundo de Ações - FIA	13.725	23.602	Indeterminado	
Fundos de Investimento Multimercado	10.000	14.228	indeterminado	
Total Renda Variável	23.752	38.044		

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

5.4.2 Reavaliações

Em maio de 2009 foi registrado o valor de reavaliação relativa ao imóvel da Rua Félix da Cunha, 610 – Pelotas, realizada por empresa especializada, Embraval – Consultora e Engenharia Ltda.

Descrição	Em milhares de reais		
	Valor da reavaliação	Valor contábil	Variação
Félix da Cunha, 610 - Pe lotas	487	358	129
	487	358	129

5.4.3 Alienação de Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda.

Em novembro de 2009, foi alienado o imóvel localizado na Rua São Luiz, 77, em Porto Alegre, para o CREA/RS pelo valor de R\$ 10.500 mil, sendo R\$ 7.000 mil no ato e R\$ 3.400 mil, acrescidos de juros compensatórios de R\$ 100 mil, para pagamento em abril de 2010.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2009	2008
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	8.838	8.685
Auxiliadora, 215	IGP-M + juros simples de 10% ao ano	30	205
Plínio B. Milano, 1155	IGP-M + juros de 6,75 % ao ano	-	28
Galeria do Rosário – 2º andar	IGP-M + juros de 6% ao ano	66	43
São Luiz, 77		3.436	-
Demais imóveis alienados	INPC ou IGP -M + juros	77	120
		12.447	9.081

5.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Investimentos Imobiliários

Registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos à venda de imóveis a prazo, conforme estabelece os itens 30 e 31 do Anexo E da Resolução do CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2009	2008
Galeria do Rosário – 2º andar (1)	IGP-M + juros de 6% ao ano	(66)	(43)
Vig. José Inácio, 250 –2º andar (2)	INPC + juros de 6% ao ano	(77)	(64)
Av. São Luiz, 77 (3)	Aluguel	(626)	(471)
1 e 3 - em cobrança judicial. 2 – em cobrança administrativa.		(769)	(578)

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos, cujas parcelas são descontadas mensalmente nas folhas de pagamento do BRDE e do ISBRE. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2009	2008
Selic	3%	7	28
Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M	10%	40	132
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	234	521
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	654	1.505
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	5.333	3.556
		6.268	5.742

6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas de depreciação - % a.a.	Em milhares de reais	
		2009	2008
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	5	4
Máquinas e Equipamentos	10%	13	11
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	44	56
		64	73
Diferido			
Software	20%	32	49
Beneficórias	20%	29	5
		61	54
		125	127

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Programa Previdencial

Registra o saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício que será recolhido em janeiro de 2010.

7.2 Programa Administrativo

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes à folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2009.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Contempla valores de ações judiciais da área previdencial em andamento que, no entendimento da consultoria jurídica do ISBRE, representam risco de perda provável. Para cada uma das ações foi atribuído percentual de provável perda e calculada a necessidade de provisão considerando, nas ações dos Participantes, como parcelas dedutivas: i) o montante esperado das contribuições progressivas sobre o benefício adicional conseguido pelo Participante, já que isto é postulado em todas as ações dessa natureza; e, ii) as correspondentes contribuições da Patrocinadora.

Atualizada para 31 de dezembro de 2009, a provisão, integralmente relativa ao Plano de Benefícios I, monta a R\$ 6.167 mil (2008: R\$ 5.553 mil). Deste total, deduzem-se ainda depósitos judiciais no valor de R\$ 2.080 mil (2008: R\$ 746 mil). No exercício, houve constituição de provisões contingenciais no valor de R\$ 614 mil.

Na área administrativa, foi revertida provisão R\$ 30 mil referentes a ação judicial movida por ex-funcionário do ISBRE e foram provisionados R\$ 210 mil (2008: R\$ 79 mil) relativos a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Com respeito a essa última ação, conservadoramente o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2009, os valores depositados em juízo somam R\$ 271 mil (2008: R\$ 56 mil).

9. EXIGÍVEL ATUARIAL – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas são constituídas sob bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial do plano de benefícios, emitido pela empresa P & D Consultoria Empresarial Ltda. As hipóteses e premissas atuariais adotadas pelo ISBRE estão detalhadamente descritas no parecer atuarial. As principais hipóteses atuarias são: taxa real de juros de 6% a.a., tábua de mortalidade AT 2000, Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% e Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até sua concessão): 4,206%.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Descrição	Em milhares de reais	
	2009	2008
Plano I – Benefício Definido		
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	329.516	310.684
(-) Contribuições dos Patrocinadores s/Benefícios	(31.477)	(29.692)
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(31.476)	(29.692)
	<u>266.563</u>	<u>251.300</u>
Benefícios a Conceder		
Benefícios Plano com Geração Atual	203.175	193.895
(-) Contribuição do Patrocinador da Geração Atual	(22.268)	(21.259)
(-) Outras Contribuições Geração Atual	(22.268)	(21.259)
	<u>158.639</u>	<u>151.377</u>
	425.202	402.677
Plano II – Contribuição Variável		
Em milhares de reais		
Descrição	2009	2008
Exigível Atuarial		
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	244	238
	<u>244</u>	<u>238</u>
Benefícios a Conceder		
Benefícios do Plano com Geração Atual	7.702	5.099
	<u>7.702</u>	<u>5.099</u>
	<u>7.946</u>	<u>5.337</u>
Total Consolidado (PB I + PB II)	433.148	408.014

10. RESERVAS E FUNDOS

10.1 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I, em 31 de dezembro de 2009, totalizou R\$ 44.149 mil (2008: R\$ 14.502 mil), atingindo superávit no exercício de R\$ 29.647 mil (2008: déficit de R\$ 5.464 mil). Isso decorreu da boa performance dos investimentos, cujo retorno equivaleu a 168% da meta atuarial em termos nominais (17,42% versus 10,36%).

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em quase sua totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou superávit de R\$ 12 mil.

10.2 Fundos

10.2.1 Fundos Previdenciais

São registrados valores com o objetivo de suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Oscilação de Risco e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro abaixo demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2009			2008		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli- dado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli- dado
Fundos Previdenciais	5.096	1.029	6.125	4.818	687	5.505
Cobertura p/ Oscilação de Risco	-	75	75	-	64	64
Benefício de Risco	-	954	954	-	623	623
Fundo Previdencial	5.096	-	5.096	4.818	-	4.818

10.2.2 Fundo Administrativo

A Despesa Administrativa Previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 15% destas. Havendo sobras, entre os 15% da receita de contribuições e a despesa com a administração previdencial realizada, as mesmas são contabilizadas como Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2009, acumula um saldo de R\$ 8.158 mil (2008: R\$ 6.341 mil). Os recursos desse Fundo são utilizados para a cobertura de eventuais déficits de custeio, que ocorrem quando, em um determinado mês, a despesa com a administração previdencial realizada excede o montante de 15% da receita contributiva.

11. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

- Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- Serviços de Terceiros

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

• Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

12. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Para custear as despesas administrativas previdenciais, foram transferidos do Programa Previdencial para o Administrativo, no exercício de 2009, R\$ 2.031 mil (2008: R\$ 1.992 mil), referente à sobrecarga administrativa de 15% das contribuições normais.

Depois de realizada a transferência de R\$ 1.289 mil (2008: R\$ 1.106 mil) para o custeio da gestão dos investimentos, o resultado do Programa de Investimentos – R\$ 72.408 mil (2008: R\$ 43.855 mil) – foi segregado e transferido proporcionalmente aos recursos aplicados, sendo R\$ 1.149 mil (2008: R\$ 621 mil) para o Programa Administrativo e R\$ 71.259 mil (2008: R\$ 43.234 mil) para o Programa Previdencial.

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial – superávit de R\$ 29.659 mil (2008: déficit de R\$ 5.464 mil), e Programa Administrativo – R\$ 1.817 mil (2008: R\$ 1.411 mil), estes foram transferidos para o Passivo nas contas Superávit Técnico e Fundo Administrativo, respectivamente.

13. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792, de 28 de setembro de 2009, devem ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios), para os demais ativos a segregação contábil dos planos foi feita utilizando-se o método “Unifundo”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

Descrição	Em milhares de reais					
	Plano I – BD	Plano II – CV	2009 Consoli- dado	Plano I – BD	Plano II – CV	2008 Consoli- dado
Disponível	35	1	36	17	-	17
Realizável						
Previdencial	7.796	2	7.798	8.423	-	8.423
Administrativo	57	1	58	62	1	63
Investimentos	477.978	10.513	488.491	424.329	7.044	431.373
	<u>485.831</u>	<u>10.516</u>	<u>496.347</u>	<u>432.814</u>	<u>7.045</u>	<u>439.859</u>
Permanente	123	2	125	125	2	127
Total do Ativo	485.989	10.519	496.508	432.956	7.047	440.003
Passivo						
Exigível Operacional						
Previdencial	407	1	408	410	-	410
Administrativo	391	9	400	362	6	368
Investimentos	3	-	3	2	-	2
	<u>801</u>	<u>10</u>	<u>811</u>	<u>774</u>	<u>6</u>	<u>780</u>
Exigível Contingencial						
Previdencial	4.087	-	4.087	4.808	-	4.808
Administrativo	18	-	18	52	1	53
	<u>4.105</u>	<u>-</u>	<u>4.105</u>	<u>4.860</u>	<u>1</u>	<u>4.861</u>
Provisões Matemáticas						
Benefícios Concedidos						
Benefícios do Plano	329.516	244	329.760	310.683	238	310.921
Contribuições do Plano	(62.953)	-	(62.953)	(59.384)	-	(59.384)
	<u>266.563</u>	<u>244</u>	<u>266.807</u>	<u>251.299</u>	<u>238</u>	<u>251.537</u>
Benefícios a Conceder						
Benefícios do Plano	203.175	-	203.175	193.895	-	193.895
Contribuições do Plano	(44.536)	-	(44.536)	(42.518)	-	(42.518)
Benefícios do Plano com Geração Atual	-	7.702	7.702	-	5.100	5.100
	<u>158.639</u>	<u>7.702</u>	<u>166.341</u>	<u>151.377</u>	<u>5.100</u>	<u>156.477</u>
Reservas e Fundos						
Superávit Técnico Acumulado	44.149	12	44.161	14.502	-	14.502
Fundo Previdencial	5.096	1.029	6.125	4.818	687	5.505
Fundo Administrativo	6.636	1.522	8.158	5.326	1.015	6.341
	<u>55.881</u>	<u>2.563</u>	<u>58.444</u>	<u>24.646</u>	<u>1.702</u>	<u>26.348</u>
Total do Passivo	485.989	10.519	496.508	432.956	7.047	440.003

14. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de janeiro de 2010, o patrocinador BRDE efetuou o pagamento de R\$ 3.262 mil, correspondentes ao aporte paritário de contribuições oriundas de majorações de benefícios concedidas pelo Poder Judiciário e sobre as quais incidiram contribuições.

Esse aporte teve origem em pronunciamento da Secretaria da Previdência Complementar (ofício SPC nº 2.596/2009/SPC/DELEG e Nota Técnica anexa) a propósito de consulta feita pelo patrocinador sobre a exigibilidade ou não dessa contrapartida paritária, a qual corresponde a ações judiciais liquidadas a partir de outubro de 2004.

Por princípios de conservadorismo e prudência, tendo em vista a controvérsia em torno da sua exigibilidade, esse valor não foi registrado na contabilidade do ISBRE até 31 de dezembro de 2009, sendo contabilizado na ocasião do seu recebimento, durante o exercício de 2010.

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Superintendente e Financeiro
CPF 176.060.390 -20

Dante Carlos Schuch
Diretor Administrativo e de Previdência
CPF 138.654.200-87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS 40.688
CPF 337.171.250 -87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2009, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2009, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios I:

- 234 Participantes ativos, sendo 138 do sexo masculino e 96 do sexo feminino; e
- 362 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 277 Aposentados por Tempo de Contribuição ou por Idade; 15 Aposentados por Invalidez e 70 Pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas

Taxa Real de Juros: 6% a.a.

Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.

Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.

Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula

Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios: não considerado

Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male

Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas

Tábua de Mortalidade de Inválidos: MI-85

Tábua de Rotatividade: não considerada

Estrutura Familiar: ajuste da função Hx, realizado considerando a população de Participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em junho de 2008 (ano base anterior), não houve qualquer tipo de alteração nas hipóteses/premissas atuariais utilizadas. Contudo, considerando os resultados obtidos na presente Avaliação Atuarial, para o exercício de 2010 recomenda-se a redução da taxa real de juros para 5,75%.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2009, mais precisamente na data base de 31/12/2009, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas (exigível atuarial) e dos Fundos dos programas previdencial e administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

• Ativo Líquido do Plano: R\$ 469.350.526,50	
• Exigível Atuarial / Provisões Matemáticas (em R\$):	
1. Benefícios Concedidos	266.562.635,03
1.1 Benefícios do Plano	329.515.956,81
1.2 (-) Contribuições do Plano	62.953.321,78
2. Benefícios a Conceder	158.639.251,62
2.1 Benefícios do Plano	203.175.542,70
2.2 (-) Contribuições do Plano	44.536.291,08
• Fundos (em R\$):	
1. Fundo Previdencial	5.096.689,56
2. Fundo Administrativo	6.635.728,44
• Superávit Técnico Acumulado: R\$ 44.148.639,85 (9,41% do Ativo Líquido do Plano)	

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores no exercício de 2009 foi de 17,44%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I é equivalente a variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 6% a.a.. Tal indicador, no período de análise, totalizou 10,36%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 7,08 pontos percentuais. Desta forma, os resultados obtidos se situaram em um patamar bem acima do mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboram para a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas incorridas no período se situam abaixo do limite legal, até então vigente, de 15% das contribuições vertidas ao plano. De outra parte, o ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios I. Em 31/12/2009, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 6.635.728,44.

Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos acumulados no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2010 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-I;
- Taxa de Administração: 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.

7. PLANO DE CUSTEIO

Considerando os resultados da presente Avaliação Atuarial, recomenda-se que para o ano 2010 o plano de custeio seja ajustado ao novo critério de alocação de recursos para o custeio administrativo (item 6), conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I;
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regras estabelecida no regulamento do PB-I;

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2009, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/09/2009, foi constituído o "Fundo Previdencial" para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2009, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2009, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios II:

- 220 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos, todos pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas

Taxa Real de Juros: 6% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/ Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios: não considerado
Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos: MI-85
Tábua de Rotatividade: não considerada
Estrutura Familiar: ajuste da função Hx, realizado considerando a população de Participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em junho de 2008 (ano base anterior), não houve qualquer tipo de alteração nas hipóteses/premissas atuariais utilizadas. Contudo, considerando os resultados obtidos na presente Avaliação Atuarial, para o exercício de 2010 recomenda-se a redução da taxa real de juros para 5,75%.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2009, mais precisamente na data base de 31/12/2009, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos decorrentes dos programas previdencial e administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Ativo Líquido do Plano: R\$ 7.958.094,63
- Exigível Atuarial / Provisões Matemáticas (em R\$):

1. Benefícios Concedidos	244.352,82
1.1 Benefícios do Plano.....	244.352,82
1.2 (-) Contribuições do Plano.....	0,00
2. Benefícios a Conceder.....	7.701.603,75
2.1 Benefícios Programáveis.....	7.701.603,75
- Fundos (em R\$):

1. Previdencial.....	1.028.719,35
1.1 Fundo de Cobertura dos Benefícios de Risco.....	953.714,17
1.2 Fundo de Oscilação de Riscos.....	75.005,18
2. Administrativo.....	1.522.225,21
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 12.138,06 (0,15% do Ativo Líquido do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores no exercício de 2009 foi de 17,26%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco do Plano de Benefícios II é equivalente a variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 6% a.a.. Tal indicador, no período de análise, totalizou 10,36%. Desta forma, pode-se constatar que a rentabilidade auferida pelos ativos garantidores do PB-II se situou 6,90 (seis vírgula nove) pontos percentuais acima da meta prevista para o referido plano. Desta forma, os resultados obtidos se situaram em um patamar bem acima do mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboram para a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas incorridas no período se situam abaixo do limite legal, até então vigente, de 15% das contribuições vertidas ao plano. De outra parte, o ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios II. Em 31/12/2009, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.522.225,21. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos acumulados no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II utilize ao longo do ano de 2010 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2010 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

7. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2010, conforme discriminado abaixo:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 1,62% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2009, foi constituído o "Fundo de Oscilação de Riscos" com base nas regras e disposições regulamentares.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 743 – CPF 467563020/00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Patrocinadores
Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

1 Examinamos o balanço patrimonial da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE (o "ISBRE"), em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos financeiros do exercício findo nessa data, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos financeiros do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. Os balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações do resultado por plano de benefícios, apresentados para propiciar informações suplementares sobre a Entidade, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. Os balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações do resultado por plano de benefícios foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 25 de fevereiro de 2009, sem ressalvas.

Porto Alegre, 3 de março de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Emerson de Lima Macedo
Contador CRC BA022047/O-1 "S" RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e demais demonstrativos financeiros, embasados no Parecer da Consultoria Atuarial P&D Consultoria Empresarial Ltda e no Relatório e Parecer da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Instituição, declaram que os elementos oferecidos representam com fidelidade a posição econômica e financeira do ISBRE em 31.12.2009, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 04 de março de 2010

ELOI BEVILACQUA
Presidente

ANTONIO ERVINO HAMMES
Conselheiro

RICARDO RIZZI
Conselheiro

CLÊNIO C. DA SILVEIRA
Conselheiro

IRACI ANTONIO BRUNETTO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 25, item VII, dos Estatutos Sociais, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 04 de março de 2010, aprovam o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados, a Demonstração do Fluxo Financeiro e a Prestação de Contas do Exercício Social de 2009.

Porto Alegre, 09 de março de 2010

LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Presidente do Conselho

LISIANE M. ASTARITA DE LIMAS
Conselheira

SÉRGIO DARCI INÁCIO
Conselheiro

ITAGIBE BARBOSA LOHMANN
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO CHAVES FRANCO
Conselheiro

MARNE DE BEM VIDAL
Conselheiro